

DO ENSINO DE TÉCNICAS COMERCIAIS AO ENSINO DE ECONOMIA EM SANTA CATARINA*

João Rogério Sanson**
José Antônio Nicolau***

Resumo – Este artigo tem por objetivo apresentar retrospecto histórico do ensino de Economia em Santa Catarina, destacando a trajetória do curso atualmente oferecido na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. Inicialmente, são buscadas as raízes do ensino de Economia no Brasil nos séculos XIX e XX, além das primeiras referências no século XVIII em Portugal. O estudo mostra, em seguida, que o Curso de Ciências Econômicas, criado em 1943 com o nome de Curso Superior de Administração e Finanças, teve origem no ensino de técnicas comerciais ministrado pela Academia de Comércio de Santa Catarina, instituição criada em 1935 e sucessora de escolas comerciais de ensino médio, sendo o ano de 1917 a referência mais antiga. A Faculdade de Ciências Econômicas, nascida no interior da Academia de Comércio, foi uma das entidades fundadoras da UFSC, em 1960. Porém, desde a reforma do ensino comercial de 1945, o curso desvinculou-se do ensino prático para tornar-se um curso orientado para a Economia como ciência.

Palavras-chave – Ensino de economia. Ensino comercial. Universidade Federal de Santa Catarina.

Abstract – This article presents the history of economics teaching in the Santa Catarina state, with emphasis on the course currently offered by the Federal University of Santa Catarina (UFSC), in the capital city of Florianópolis. Initially, the article looks for the origins of this kind of teaching in Brazil during the nineteenth and twentieth centuries, with reference to the commercial education in Portugal during the eighteenth century. It then shows that the economic sciences course, established in 1943 with the name of Superior Course of Administration and Finance, originated from the commercial training offered by the Academy of Commerce of Santa Catarina, which was introduced in 1935 and succeeded other commercial high schools whose older reference is from 1917. The Faculty of Economic Sciences was one of the founding entities of UFSC in 1960. However, since the 1945 reform of the Brazilian commercial education, the economics course became oriented towards economics as a science.

Key words – Economics teaching. Commercial education. UFSC.

JEL Classification – A2, Economics Education and Teaching of Economics. I21, Analysis of Education. N36, Economic History: Education, Health, Income and Wealth: Latin America.

* Os autores agradecem Alessandra Ugioni, Márcia Machado e Theresinha J. L. Fontes por informações e sugestões. J. R. Sanson agradece ao CNPq a Bolsa de Produtividade em Pesquisa durante a elaboração do trabalho.

** Ph. D. em Economia pela Universidade Vanderbilt (EUA). E-mail: jrsanson@mbox1.ufsc.br.

*** Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo. E-mail: nicolau@cse.ufsc.br.

ANÁLISE	Porto Alegre	v. 17	n. 2	p. 297-312	jul./dez. 2006
----------------	--------------	-------	------	------------	----------------

1 Introdução

O ensino comercial em Santa Catarina começou apenas em 1917, com aproximadamente um século de defasagem em relação ao resto do país. Mas segue uma trajetória parecida de iniciar com o ensino de nível médio, para depois chegar ao ensino superior, ainda num período em que o ensino superior era um misto de técnicas comerciais e contabilidade, na preparação de pessoal para atividades empresariais e de comércio exterior, incluindo aí as atividades comerciais típicas de consulados e embaixadas.

Nesse aspecto, o Estado de Santa Catarina replicou uma transformação que ocorreu ainda no período colonial; depois avançou, a partir de 1808, com a vinda da família real e o início do ensino de Economia Política na Colônia, em cursos de direito e, então, já no Império, em cursos de engenharia, para finalmente atingir o nível superior dos cursos de administração e finanças no início do século XX. Em Santa Catarina, isso ocorreu de forma defasada entre 1917 e 1943. O Curso Superior de Administração e Finanças, que se transformou na antiga Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina, foi criado no período em que os economistas brasileiros buscavam diferenciar-se dos comerciários e atingir um *status* universitário, então reservado à elite que passava por cursos como os de Direito ou as engenharias.

O presente artigo descreve a criação da Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina, com ênfase na evolução de sua estrutura curricular.¹ Como preparação para a discussão, resume a evolução pioneira, em termos internacionais, do ensino de técnicas comerciais desde seu início em Portugal no século XVIII, passando finalmente pela criação do primeiro curso de graduação especializado em Economia do Brasil.

2 Das técnicas comerciais às ciências econômicas e administrativas

O primeiro curso de técnicas comerciais do Brasil foi criado logo após a chegada da família real portuguesa em 1808, tendo sido nomeado José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, para conduzi-lo. Foi chamado de Aula de Economia Política e era para ser um curso num nível pouco acima do que se chama hoje de fundamental. Iria preparar guarda-livros (contadores), comerciários e funcionários públicos ligados ao comércio exterior.

Na verdade, quando da proposta de criação do primeiro curso português de técnicas comerciais, em 1754, já se previa um curso similar no Brasil. A Aula de Comércio portuguesa foi finalmente instalada em 1759 como parte das reformas educacionais do Marquês de Pombal,² que liderou o governo

¹ Este artigo baseia-se em Nicolau (2003) e Sanson (2004).

² Ver Rodrigues, Gomes e Craig (2002 e 2004). Há evidências de que o curso de 1759 foi o primeiro desse tipo no mundo. Rodrigues e Craig (2004) mostram também as influências intelectuais mercantilistas sobre o Marquês de Pombal para esse ato e o contexto histórico em

português de 1750 a 1777. Para o Brasil, entretanto, o curso comercial só veio com a Aula de Economia Política de 1808, mudando de nome e incluindo a disciplina de Economia Política.

Silva Lisboa não chegou a exercer o magistério na Aula de Economia Política, apesar de nomeado. Outros cargos tornaram isso inviável. Mas por vinte anos havia exercido o magistério na Bahia, principalmente com uma disciplina chamada Filosofia Racional, além do idioma grego. Essa seria uma filosofia aplicada e, dadas suas outras atividades como advogado, contatos com intelectuais e muito do que publicou depois, ele certamente devia cobrir temas econômicos em suas aulas. Lisboa publicou, em 1796, um extenso tratado sobre direito mercantil; e, em 1804, saiu seu *Princípios de Economia Política*, um texto de teoria econômica, para a divulgação das idéias de Adam Smith.³

Há evidências de que, mesmo sem Silva Lisboa, o curso funcionou. Por exemplo, em 1810, foi instalada na Bahia uma Aula de Comércio para formar guarda-livros (Nunes, 2003, p. 43). No entanto, não há documentos sobre a implementação da disciplina de Economia Política. O que se sabe é que de 1856 em diante a disciplina fazia parte do currículo, pois há legislação conhecida sobre isso. A Aula de Economia Política mudou o nome para Aula de Comércio da Corte em 1835. Contudo, o curso foi fechado em 1857. Uma das razões para isso foi a baixa demanda, pelo fato de o curso ter passado ao turno diurno. A partir dessa época, outros cursos de ensino comercial surgiram, também por iniciativa privada, com forte aceleração a partir de 1902, estimulados pela nova legislação para o ensino comercial (Castro, 2001, cap. 3).

Em paralelo, a partir de 1827, o ensino de Economia também ocorre nos cursos superiores de Direito, com a criação de faculdades em Olinda e na cidade de São Paulo. Desde o início, a disciplina de Economia Política faz parte do currículo, e alguns egressos dessas escolas serão os economistas sucessores do Visconde de Cairu. A tradição de advogados-economistas domina o pensamento econômico brasileiro até meados do século XX.

que isso ocorreu. Portugal buscava formar capital humano por via mais rápida, o que na Inglaterra era feito via treinamento no local de trabalho.

³ De acordo com Castro (1980, p. 156-157), os também brasileiros José Bonifácio de Andrade e Silva, em 1790, e José J. C. de Azeredo Coutinho, em 1791, 1794 e 1796, já haviam publicado trabalhos de economia aplicada. José Bonifácio foi altamente influenciado nesse trabalho pelo fisiocrata Domingos Vandelli, professor da Universidade de Coimbra, mas teve longa carreira acadêmica em mineralogia antes de participar ativamente na política brasileira (Pádua, 2000). Azeredo Coutinho seguiu carreira religiosa principalmente em Portugal. Ideologicamente, Azeredo Coutinho era mercantilista enquanto Silva Lisboa tornou-se um liberal smithiano após seu contato, em 1795, com o livro de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*.

Uma terceira linha de ensino de Economia apareceu nos cursos de engenharia. Foi na Escola Central,⁴ em 1863, numa disciplina lecionada por José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco (Paula, 1942, p. 30). Ele tinha formação matemática e isso foi também exigido dos professores seguintes. Esses engenheiros-economistas sempre tiveram grande influência, especialmente no primeiro terço do século XX. Hoje é comum engenheiros tornarem-se economistas pelo nível de pós-graduação, ainda com grande influência.

Embora voltados inicialmente apenas para aplicações específicas às engenharias, a partir dos anos 1930 os engenheiros-economistas se interessaram pela teoria econômica formal e pela econometria. Antes da era Eugênio Gudim-Mário H. Simonsen, destacaram-se Otacílio Novais da Silva, Jorge Felipe Kafuri e Luiz Nogueira de Paula. Eles ensinavam Economia Racional, que cobria temas como o modelo de Cournot, o equilíbrio geral walrasiano e o ótimo paretiano.

Dois advogados-economistas que ensinavam e escreviam sobre Economia Racional no período foram Augusto Alexandre Machado e Djacir Menezes, este também com formação matemática. Machado escreveu uma frase que muitos poderiam atribuir a um engenheiro-economista: “A obra de meio século dos economistas literários, na parte relativa às teorias gerais, pode-se definir como um conjunto de tentativas para resolver, por meio da linguagem ordinária, um sistema de equações simultâneas” (apud Paula, 1942, p. 63). Outros expoentes, na área monetária, da mais ampla escola neoclássica foram Reinaldo Gonçalves e Alde Sampaio (Paula, 1942, *passim*). Praticamente todos eles estão listados no corpo de professores, de 1939, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ).⁵

Assim, a primeira forma de ensino de Economia no Brasil foi a de técnicas de comércio, seguida dos cursos de Direito e depois de Engenharia. Houve claramente, desde o início, uma classificação social dos públicos a que cada tipo de ensino era dirigido, pois os advogados e engenheiros, com carreiras de nível superior, provinham em sua maioria de faixas mais altas de renda. Esses cursos facilitavam o acesso às funções de comando da sociedade brasileira, enquanto que os egressos do ensino comercial, embora podendo obter a função de contador e cargos modestos no setor público, tinham origem num patamar social mais baixo. O estudo de técnicas comerciais era feito em tempo parcial, em geral à noite.

A partir de 1905, ficam viabilizados legalmente os cursos superiores de técnicas comerciais. Os cursos, que tinham inicialmente a duração de três

⁴ A Escola Central evoluiu de uma escola militar criada no Brasil em 1790 para formar oficiais-engenheiros. Depois de várias transformações, é hoje a Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁵ Ver Castro (2001, p. 97-98). A FCEARJ, uma instituição privada, fora criada em 1938.

anos, chegaram a dar o título de bacharel, em alguns períodos, e até o de doutor, caso o candidato defendesse um trabalho de conclusão de curso, chamado à época de tese. Mas a entrada era restrita aos técnicos de comércio, de contabilidade e em atuária, de nível médio. Tais técnicos, por sua vez, estavam impedidos de entrarem nos cursos das carreiras tradicionais de nível universitário.⁶

3 A estrutura curricular das escolas mistas

O ensino superior comercial, antes de 1945, passou por definições e reformas em 1905, 1926 e 1931 (Paula, 1942; Castro, 2001). Em 1905, junto com a definição do currículo foram oficializadas as academias de comércio do Rio de Janeiro e de São Paulo. O curso superior de 3 anos, contemplava, entre outras, as disciplinas de (1) Economia Política, (2) Geografia Comercial, (3) Ciência das Finanças, (4) História do Comércio e da Indústria e (5) Matemática Superior. As demais disciplinas representavam pouco mais de 70% do número total de disciplinas. O curioso, para os dias de hoje, era a ênfase no ensino de idiomas estrangeiros, que incluía o espanhol, o italiano e o alemão.⁷ O próprio Decreto nº 1.339, de 1905, dizia que o curso superior iria preparar pessoal para cargos de agentes consulares e funcionários do Ministério das Relações Exteriores, entre outras funções de alto nível, o que explica a ênfase no estudo desses idiomas.

Em 1926, o ensino dos mesmos idiomas continuou. A modificação principal foi a redução do número de disciplinas em cada um dos três anos do curso superior, que passou de 6 para 5. As disciplinas de 1905 continuaram, exceto pela mudança do nome de algumas e pela junção de Economia Política e Finanças numa única disciplina. Mas é possível que o número de horas semanais tenha aumentado.

Em 1931, caíram o ensino de idiomas e a disciplina de Economia Política e Ciência das Finanças. Surgiram as disciplinas de Economia Política e de Finanças e Economia Bancária. Além destas, destacavam-se (1) Geografia Econômica, (2) Política Comercial e Regime Aduaneiro Comparado, (3) História Econômica da América e Fontes da Riqueza Nacional e (4) Matemática Financeira. Havia 5 disciplinas no primeiro ano e 6 em cada um dos outros dois anos do curso. Novamente, isso pode significar uma carga maior para uma das disciplinas do primeiro ano. Simplesmente contando as disciplinas, a proporção continuou parecida com os anos anteriores. Além das pequenas mudanças de nome, talvez para novas ênfases nos programas de ensino, nota-se um retorno à valorização da atividade diplomática, comum ao ensino

⁶ O termo “universitário” seria inadequado na época, pois a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, só foi criada em 1920 e transformada na Universidade do Brasil em 1937 (a atual UFRJ). Na verdade, o termo “universitário” se opunha à formação estritamente técnica e profissionalizante e tinha a forte conotação de pesquisa acadêmica.

⁷ Ver Paula (1942, p. 49-50) e Castro (2001).

comercial português desde o início de sua formalização no século XVIII. Similar àquele período, a nova legislação (Decr. nº 20.158/1931) dava aos egressos dos cursos superiores de administração e finanças preferências para alguns cargos. Em 1931, dava-se “preferência para os cargos públicos”, “regalias especiais nos concursos para o provimento nos cargos de professores dos estabelecimentos de ensino comercial” (Art. 75), além de dizer que os “adidos especiais e os cônsules devem ser escolhidos entre os diplomados” daqueles cursos. Isso naturalmente refletia as mudanças institucionais implantadas com a Revolução de 1930, com sua ênfase corporativista.

4 A separação dos cursos

A eliminação das restrições de acesso dos técnicos de comércio e contabilidade aos demais cursos superiores e o reconhecimento dos cursos de ciências econômicas como universitários iriam ocorrer somente em 1945. Nessa época, já havia faculdades na área de Economia, mas os cursos ainda eram um misto de Direito, Contabilidade, Administração e Economia, voltados para estudantes de tempo parcial. Com a reforma, os cursos superiores comerciais ganharam o *status* de nível universitário e um reforço no poder dos órgãos fiscalizadores profissionais, alguns criados a partir disso, como o dos economistas.

O elemento mais importante para a presente discussão, porém, foi a separação das áreas de contabilidade, atuária e economia. Ao longo da década de 1930, no bojo das discussões para a criação da Universidade do Brasil, aparece a proposta de criar cursos universitários de Economia mais voltados para a pesquisa, em contraste com os cursos mistos de então, voltados para a formação profissionalizante. O líder desse projeto foi o próprio Ministro da Educação do Governo Vargas, Gustavo Capanema. O objetivo do governo Vargas era criar uma universidade-modelo, para ter, no século XX, o papel que tinha o Colégio Pedro II, desde o século anterior, no ensino médio. Desse modo, esperava-se que as novas universidades brasileiras, incluindo a Universidade de São Paulo, criada em 1934, devessem forçosamente seguir a estrutura da Universidade do Brasil.

Dentro desse plano, previu-se a criação de uma nova faculdade de ciências econômicas, que seria o modelo das demais. Um primeiro projeto foi relatado pelo Senador Waldemar Falcão. O Ministro Gustavo Capanema apresentou projeto alternativo em 1936. As propostas envolviam o ainda atual debate da formação prática, de Falcão, versus a formação teórica, de Capanema. Nenhum dos dois projetos foi levado adiante. Por conta do impasse, o Ministro Capanema cogitou criar uma faculdade de administração, projeto também abortado.⁸

⁸ Para o papel de Gustavo Capanema na criação da nova universidade e na definição do novo sistema de ensino das ciências econômicas ver Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, cap. 7); ver também Castro (2001, cap. 2).

Foi nesse cenário que Eugênio Gudín começou a ter influência na área de Economia. Ele havia sido do primeiro grupo de professores concursados da recém criada Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (Castro, 2001, p. 61). Seu corpo docente era composto por um misto de engenheiros-economistas e advogados-economistas, algo inédito até então. Em 1941, uma comissão, composta por Eugênio Gudín, Otávio Gouveia de Bulhões e Maurice Tyé – de nacionalidade francesa e professor visitante de economia política na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil – enviou ao Ministro Capanema um currículo nos moldes que se conhece hoje. A proposta separava, claramente, a área de economia das áreas de contabilidade e administração, com a maior carga de teoria econômica e métodos quantitativos proposta até então.⁹

A Faculdade Nacional de Ciências Econômicas foi, por fim, objeto do Decreto-Lei nº 7.988/45, prevista como parte da Universidade do Brasil, reafirmando os termos da lei de 1937 que havia criado essa universidade. Na verdade, Castro (2001, p. 32) relata que a nova faculdade resultou da estatização da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, funcionando com o novo currículo a partir de 1946. O adjetivo “nacional” no nome da faculdade significava que seria a escola-modelo da área, incluindo a própria estrutura curricular. Assim, junto com a criação dessa faculdade, foi definido o novo currículo mínimo dos cursos brasileiros de Economia.

A exposição de motivos do decreto era pouco modesta em seus objetivos, pois buscava uma ... “nova experiência cultural, com a qual o nosso país passará a contribuir, também nesse importante setor de estudos científicos, de um modo mais amplo e elevado na produção intelectual do mundo” (apud Saes e Cytrynowicz, 2001, p. 43). Há nessa afirmativa uma forte conotação de treinamento no atual nível de pós-graduação, algo que ainda inexistia na década de 1940 no Brasil, em contraste com a experiência mais que centenária das escolas de pós-graduação das universidades americanas e européias.

O novo currículo substituía disciplinas da área de direito por disciplinas de teoria econômica com enfoque quantitativo. O currículo pautava-se também por ser claramente distinto do de ciências contábeis e atuariais. A área de administração era agora parte do curso de ciências contábeis.

A ênfase no ensino de Economia muda drasticamente. Os novos cursos de Economia e de Ciências Contábeis e Atuariais passam para quatro anos. Das 23 disciplinas definidas para o Curso de Ciências Econômicas (Decreto-Lei nº 7.988/45), apenas 6 eram de áreas como contabilidade (2), administra-

⁹ Há uma carta famosa de Gudín a Capanema com o relato de uma visita à Universidade Harvard, após a Conferência de Bretton Woods. Nessa carta, ele relata como um professor americano convenceu Gudín da conveniência de separar os cursos. Ver Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, cap. 7) e Nicolau (2003).

ção, direito (2) e sociologia, invertendo as proporções anteriores de número de disciplinas. Entre as novidades estão dois anos para Valor e Formação de Preços e para Estatística (metodológica e econômica). Além disso, surgem Repartição da Renda Social, além de Evolução da Conjuntura Econômica e Financeira, já refletindo a era pós-Keynes. Contudo, deve-se notar a ausência de Matemática Financeira. Consolida-se, assim, a separação entre o ensino comercial, prático e profissionalizante, e o ensino da Economia como ciência. É também uma vitória do grupo dos economistas-engenheiros, liderados por Eugênio Gudim, inseridos no projeto maior do Ministro Capanema de criar faculdades-modelo na Universidade do Brasil.

Na verdade, essa estrutura curricular, carregada em teoria pura e métodos quantitativos, era a adotada na pós-graduação americana. Seus cursos de graduação, massificados, eram e são bastante livres quanto à estrutura curricular. Em geral, um estudante de graduação apenas define uma área de concentração, em Economia ou em outra área das ciências sociais e humanas, com uma carga horária específica de área relativamente pequena, em comparação com o praticado no Brasil desde 1945. É a pós-graduação na área que define a formação profissional do economista americano, muitas vezes voltado para atividades práticas, mas em sua maioria para a pesquisa e o ensino.

Como conseqüência, os cursos brasileiros de economia tornaram-se muito difíceis e passaram a ter altas taxas de reprovação, pois a demanda, nos primeiros anos, continuou sendo principalmente de egressos das escolas técnicas (Loureiro, 1997, p. 35-38). Algumas escolas conseguiram atrair estudantes de ensino médio, melhor preparados, e tornaram-se preparadoras da futura elite da profissão. Mesmo assim o problema persiste em escolas, que são a maioria absoluta no país, onde os alunos são egressos de ensino médio fraco, o que se tornou comum devido à sua rápida massificação em décadas recentes.

5 Santa Catarina: do Instituto Tecnológico à Faculdade de Ciências Econômicas

Em Santa Catarina, o ensino comercial começou em 1917 com o Instituto Tecnológico, uma instituição privada que dependia, em parte, de subsídio público.¹⁰ O Instituto oferecia cursos técnicos superiores de farmácia, odontologia e agrimensura. Desde o início oferecia também cursos de técnicas comerciais: o preparatório, com dois anos, e o de especialização, com três anos (Vieira, 1986, p. 51). A disciplina de Economia Política fazia parte da grade de disciplinas do curso de especialização. Infelizmente, esses cursos não atraíram estudantes dos melhores colégios, em geral filhos das famílias

¹⁰ Rosa e Madeira (1995, p. 27 e 35) mencionam a tentativa, em 1901, com base numa lei estadual, de criar um curso de guarda-livros via o Instituto Técnico Comercial e Naval, que também formaria agrimensores. A tentativa malogrou.

mais ricas, que preferiam uma formação que os levasse às áreas tradicionais, tais como Direito, Medicina e Engenharia, na época só possível fora do Estado.¹¹ A demanda foi fraca também por parte dos estudantes de menor renda ou que trabalhavam, apesar de os cursos de serem noturnos.

Os cursos de técnicas comerciais do Instituto, segundo as evidências disponíveis, formaram a última turma em 1930, tendo sido a primeira das quatro áreas a fechar (Vieira, 1986, p. 62). O Instituto Tecnológico depois de um período de caos administrativo encerrou seus últimos cursos e foi absorvido pela Escola Prática de Comércio¹² em meados de 1934. A Escola funcionou a partir de então no prédio do Instituto. Esse prédio havia sido construído pelo governo do Estado em 1924, na Av. Hercílio Luz, centro de Florianópolis, e é hoje uma das atrações turísticas da cidade. Em 1935, a Escola Prática de Comércio foi transformada, por força do Decr. Estadual nº 60 do Interventor Nereu Ramos, num estabelecimento estadual, a Academia de Comércio de Santa Catarina. Mas a partir de 1938, a Academia retornou à condição de sociedade civil sem fins lucrativos.

Foi por iniciativa de professores do Instituto Tecnológico que surgiu a Faculdade de Direito de Santa Catarina, cujo funcionamento começou em 1932. Essa faculdade, no entanto, teve suas primeiras aulas em outro prédio do centro da cidade, junto à Praça XV. E ali, no primeiro dia letivo do novo curso, foi proferida pelo Prof. Henrique da Silva Fontes a primeira aula catarinense de Economia em nível superior. A disciplina era Economia Política e Ciências das Finanças.¹³

Posteriormente, a Academia de Comércio criou o Curso Superior de Administração e Finanças,¹⁴ iniciado em 1943. Esse curso era ainda do tipo

¹¹ O instituto foi criado com base no Decreto-Lei nº 11.530 de 18/03/1915, que disciplinou o ensino secundário e superior. Contudo, as definições de níveis de ensino eram diferentes àquela época. O ensino secundário, chamado também de ginásial, durava cinco anos e preparava o aluno para os vestibulares do ensino superior. O ensino comercial, contudo, era regulado pela norma de 1905, mencionada acima.

¹² Essa escola havia sido fundada em 1918 (Vieira, 1986, p. 88) e era, desde o início, concorrente do Instituto Tecnológico na área de ensino comercial.

¹³ Ver Fontes (1957) e UFSC (2006). O Prof. Fontes foi Secretário da Fazenda no Governo Adolpho Konder entre 1926 e 1929. Entre seus muitos trabalhos publicados, sobre variados temas, há uma discussão de um empréstimo externo do governo catarinense, feito em 1922, em que ele contesta seus termos contratuais (Fontes, 1933). Nesse trabalho, ele demonstra um profundo conhecimento de matemática financeira, possivelmente refletindo conhecimentos matemáticos adquiridos durante um período de estudos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, anos antes de abraçar a advocacia. Vinte anos depois, ele apresentou, num congresso em São Paulo, um trabalho sobre a evolução das leis de usura (Fontes, 1954). Assim como Djacir Menezes, o Prof. Fontes era principalmente um advogado-economista, mas tinha um quê de engenheiro-economista.

¹⁴ Vieira (1986, p. 54-55) registra uma tentativa anterior, em 1924, por parte do Instituto Tecnológico, de criar um curso superior misto em Santa Catarina. Era o Curso de Ciências Jurídico-Comerciais. Previa uma parte básica de três anos, com 3 disciplinas de matemática e ampla carga de Direito e Contabilidade, dando diplomas de guarda-livros, perito judicial e treinamento para funcionários de secretarias de fazenda. Com mais dois anos, o curso ofe-

misto, mas surgiu na época em que se discutia, no Brasil, a separação entre Economia e Contabilidade. Como já se viu acima, a reforma de 1945 as separou. Isso transformou o Curso Superior – que estava em processo de reconhecimento oficial junto ao Ministério da Educação – no Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas. Essa nova faculdade de Economia foi uma das primeiras a serem criadas no país sob a nova legislação. Depois, em 1960, foi uma das faculdades que constituiu a Universidade Federal de Santa Catarina. Finalmente, em 1995, criou-se o Programa de Pós-Graduação em Economia da UFSC.¹⁵

6 A evolução do currículo de Economia em Santa Catarina

O Curso Superior de Administração e Finanças, que concedia o diploma de Bacharel em Ciências Econômicas, foi criado em Florianópolis pela Academia de Comércio no mês de agosto de 1942 e começou a funcionar no início do ano letivo de 1943, com uma turma de cinco alunos. A Portaria nº 512 de 11/12/1945 (do Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação) alterou sua denominação para Curso de Ciências Econômicas. O curso recebeu reconhecimento oficial pelo Decr. Fed. 37.994/55. O depoimento de um dos fundadores – a Profª Sylvia A. C. Cunha – fornece indicações sobre o contexto em que foi criado o curso (Cunha, 1994):

Após meticuloso exame sobre a possibilidade de se criar a Faculdade Superior de Administração e Finanças, tomou-se por base as respostas a uma circular-consulta enviada a algumas empresas comerciais, industriais e de economia, as quais asseguravam que Santa Catarina, face ao desenvolvimento comercial e industrial, comportava um curso superior de Administração e Finanças...

Seu corpo docente foi inicialmente formado por alguns professores catedráticos da Academia de Comércio. Foram também expedidos convites a professores da Faculdade de Direito de Santa Catarina para regência de outras cadeiras..

Em 1945, fizemos parte da comissão que elaborou os estatutos da Academia de Comércio. No seu título III – da Faculdade de Ciências Econômicas – foi incluída, no art. 7º, como sua unidade de ensino, a Faculdade de Ciências Econômicas, com o Curso Superior de Administração e Finanças, com direção técnico-didática autônoma ...

A Academia de Comércio de Santa Catarina era mantida basicamente por subvenções do governo do Estado e por taxas de matrícula e mensalidades dos alunos. Segundo relato da profª Sylvia, a Academia enfrentou problemas financeiros para manter o novo curso, que só não foi interrompido

receberia um diploma com direito ao anel de bacharel. Nessa segunda fase, haveria as disciplinas de Economia Política, Ciência das Finanças e Contabilidade Pública. Essa estrutura curricular adiantava-se à reforma legal de 1926. O curso, contudo, não funcionou por falta de demanda.

¹⁵ A partir de 1963, outros cursos de graduação e de pós-graduação foram criados pela faculdade nas áreas de Contabilidade, Administração e Serviço Social.

em 1950 porque professores concordaram em lecionar gratuitamente naquele ano. Nos anos seguintes, o orçamento da Academia voltou a equilibrar-se, principalmente a partir de 1954, quando o prof. Elpídio Barbosa, nome de projeção junto ao governo estadual, assumiu a direção da Faculdade. A partir de 1958, a Faculdade passou a receber subvenção federal e em 1959 obteve do governo do Estado, ainda segundo a prof^a Sylvia, dez apólices inalienáveis no valor de 10 milhões de cruzeiros, que lhe renderiam juros de 5% a.a. O governo estadual também lhe cedeu para uso o prédio da Travesa Ratcliff, no centro de Florianópolis. Nesse mesmo ano, a partir de 09 de dezembro, com as novas fontes de recursos e o novo prédio, a Faculdade de Ciências Econômicas tornou-se independente da Academia de Comércio. Em 18/12/1960, foi uma das faculdades fundadoras da Universidade de Santa Catarina, atual UFSC (Lei nº 3.849/60).

Integrada à UFSC e contando, portanto, com recursos federais, a Faculdade de Ciências Econômicas desenvolveu-se rapidamente nos anos seguintes, passando a funcionar em instalações mais amplas, num prédio da Rua Almirante Alvim, também no centro da Cidade. Em 1963, foi aprovado o Regimento Interno da Faculdade, que definia uma estrutura de seis departamentos de ensino e previa a oferta de três cursos superiores: Economia, Contabilidade e Atuária. O curso de Atuária não chegou a ser implantado. O Quadro 1 apresenta essa estrutura de cursos, de departamentos e da carreira de magistério. No final de 1965, foi aprovado o curso de Administração de Empresas e Administração Pública. Note-se que, no regimento da Faculdade, o curso aparece como o nome de “Economia”, mantendo-se tal denominação até final da década de 1970, quando retornou à denominação antiga de Curso de Ciências Econômicas.

Quadro 1 – Estrutura da Faculdade de Ciências Econômicas – dez. 1963

Departamentos de Ensino	Cursos	Carreira do Magistério
I – Matemática e Estatística	Economia	I – Professor Instrutor
II – História, Geografia e Sociologia	Contabilidade	II – Professor Assistente
III – Contabilidade	Atuária	III – Professor Adjunto
IV – Administração e Finanças		IV – Professor Catedrático
V – Jurídico		
VI – Economia		

Fonte: Regimento Interno da Faculdade de Ciências Econômicas - UFSC, aprovado em 2 dez. 1963.

Com a reforma universitária da UFSC (novo estatuto aprovado pelo Decr. nº 64.824 de 15/07/1969), foram extintas as faculdades e o regime acadêmico seriado foi substituído pelo sistema por créditos e matrículas por disciplina. Com isso, a Faculdade de Ciências Econômicas, juntamente com a Faculdade de Direito, passou a constituir o Centro Sócio-Econômico (CSE).

Posteriormente, com a saída dos departamentos de Direito para formar centro próprio, o CSE passou a ser integrado, numa estrutura mantida até hoje, por quatro departamentos: Ciências Econômicas, Ciências da Administração, Ciências Contábeis e Serviço Social. Em 1980, o CSE passou a ocupar instalações no *campus* universitário da Trindade, onde se encontra atualmente

A evolução da estrutura curricular do Curso de Economia em Santa Catarina tem alguns marcos importantes: a abertura do Curso Superior de Administração e Finanças em 1943, a reforma de 1945, a reforma universitária da UFSC em 1969, a extinção do ciclo básico na UFSC em fins dos anos 1970, a reforma curricular nacional de 1984 e a reforma em andamento, que substituiu o currículo mínimo por diretrizes curriculares.

O curso de Administração e Finanças tinha três anos de duração e seguia estritamente o currículo acadêmico definido por legislação federal (Decr. Fed. 3.053/41). A partir da reforma de 1945, passou a ter quatro séries anuais. A comparação entre as estruturas curriculares dos cursos de 1943 e 1946, conforme o Quadro 2, mostra a grande diferença entre elas. No curso iniciado em 1943, de uma grade de 17 disciplinas, seis eram da área de Direito e oito eram da grande área de ciências econômicas (Economia, Contabilidade, Administração, Geografia Econômica e História Econômica). As três disciplinas restantes eram Matemática Financeira, Sociologia e Psicologia/Ética. Com exceção dos nomes de duas disciplinas – História Econômica da América e Fontes da Riqueza Nacional, mais Direito Internacional, Diplomacia, História dos Trados e Correspondência Consular e Diplomática –, o currículo seguia rigorosamente o decreto de 1931. O currículo de 1946, resultante da reforma de 1945, mostrava o predomínio da área de Economia e uma estrutura curricular próxima à atual.

A partir de 1946, as mudanças curriculares mantiveram a tendência de fortalecimento do Departamento de Ciências Econômicas como principal ofertante de disciplinas, tomando espaço principalmente dos departamentos de Direito e da área empresarial (Contabilidade e Administração), o que pode ser visto na Tabela 1. A exceção foi a estrutura de 1970, resultante da reforma universitária de 1969, que criou o ciclo de estudos básicos, onde alunos ingressavam via vestibular em grandes áreas (humanas/sociais, saúde, comunicação/expressão e físicas/engenharia) e optavam pelos cursos no segundo ano de estudos. Por isso, a grade curricular de 1970 exibia maior participação de disciplinas de ciências humanas e sociais, além de maior número de disciplinas da área quantitativa.¹⁶

¹⁶ Essa foi a estrutura curricular mais próxima do arranjo americano para formação econômica na graduação. Ver Sanson (1998, p. 9-10) para uma comparação com o currículo de 1984.

Quadro 2 – Estrutura curricular das turmas de 1943 e 1946

Curso Superior de Administração e Finanças, 1943 (3 anos)			
1943	1944	1945	
Economia Política	Finanças e Economia Bancária	Política Comercial e Regime Aduaneiro Comparado	
Matemática Financeira	Ciência da Administração	História Econômica da América	
Contabilidade de Transportes	Contabilidade Pública	Direito Administrativo	
Direito Constitucional e Civil	Legislação Consular	Direito Industrial e Operário	
Geografia Econômica	Direito Internacional Comercial	Direito Internacional Diplomático e História dos Transportes	
	Psicologia, Lógica e Ética	Sociologia	
Curso de Ciências Econômicas, 1946 (4 anos)			
1946	1947	1948	1949
Economia Política	Moeda e Crédito	Repartição da Renda Social	Evolução da Conjuntura Econômica
Valor e Formação de Preços I	Valor e Formação de Preços II	Ciência das Finanças	Política Financeira
Complementos de Matemática	Estrutura das Organizações Econômicas	Comércio Internacional e Câmbio	Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos
Contabilidade Geral	Estrutura e Análise de Balanços	Estatística Metodológica	Estatística Econômica
Instituições de Direito Público	Instituições de Direito Privado	Ciência da Administração	História das Doutrinas Econômicas
	Geografia Econômica	História Econômica Geral do Brasil	Princípios de Sociologia Aplicados à Economia

Fonte: Dados de livros de atas e registros da Academia de Comércio e da Faculdade de Ciências Econômicas, existentes nos arquivos do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC.

Tabela 1 – Composição^a do currículo do Curso de Ciências Econômicas da UFSC, por blocos de disciplinas – anos selecionados, 1943 a 1986 (em %)

BLOCOS DE DISCIPLINAS	1943	1946	1960	1970	1986
Economia ^b	17,6	47,8	50,0	41,7	67,6
Quantitativas ^c	5,9	13,1	15,5	22,9	10,8
Contábil. e Administração	17,6	13,0	11,5	6,2	2,7
Direito	35,3	8,7	11,5	4,2	2,7
Sociais	23,5	17,4	11,5	20,8	16,2
Línguas	-	-	-	4,2	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

^a Valores aproximados, resultantes de contagem de disciplinas, além de desconsiderar disciplinas optativas.

^b Disciplinas ofertadas pelo Departamento de Ciências Econômicas, exceto economia e engenharia econômica.

^c Inclui disciplinas da área de matemática, computação, estatística, econometria e engenharia econômica.

Fonte: Elaboração própria, com dados de arquivo da UFSC.

Com o fim do ciclo básico em fins da década de 1970, acentuou-se a concentração de disciplinas ofertadas pelo Departamento de Ciências Econômicas ao próprio curso. O currículo aprovado em 1984, iniciado na UFSC em 1986 e cuja estrutura prevalece em linhas gerais até hoje, representou o aprofundamento da opção feita na reforma de 1945 de concentrar o curso em disciplinas especializadas de Economia (abrangendo, agora, diferentes escolas do pensamento econômico), mas reduzindo a participação das áreas quantitativa, Contabilidade/Administração e Direito.

Desde 1979, o Curso de Ciências Econômicas passou a funcionar em dois turnos – matutino e noturno –, cada qual inicialmente com 80 vagas/ano, acompanhando mudança idêntica registrada nos cursos de Administração e Contabilidade. Atualmente, são ofertadas 180 vagas anuais, em dois turnos, com entradas semestrais. No período 2001/2005, o curso formou cerca de 90 profissionais por ano, com taxa n° formados/ n° ingressos pouco superior a 50% (Tabela 2). Entretanto, em todos os períodos anteriores a esse último quinquênio, foi registrada uma taxa de apenas um terço, em média, considerada uma das mais baixas da UFSC. Estes números destacam a notória dificuldade do bom funcionamento do Curso de Ciências Econômicas, que não tem atraído contingente de alunos com a qualidade e tempo disponível exigidos por sua especializada grade curricular.

Tabela 2 – Número de aprovados e taxa de formação no Curso de Ciências Econômicas da UFSC – por quinquênio, 1950/54 e 1980 a 2005

Quinquênios	Nº de formados (média anual)	Nº formados/Nº ingressos (%)
1950-1954	10,0	37,9
1981-1985	49,4	27,4
1986-1990	75,2	41,8
1991-1995	51,4	28,6
1096-2000	59,4	33,0
2001-2005	92,6	51,4

Fonte: elaboração própria, com dados de arquivo da UFSC.

Portanto, o Curso de Economia da UFSC não foge à regra de ser fácil de entrar e difícil de sair. Como visto acima, isso tem a ver, em parte, com a tentativa de formar um pesquisador já no nível de graduação, numa área em que não há formação explícita no ensino médio, diferentemente de áreas como as ciências físicas e biológicas. Em parte, uma boa formação em Matemática, História e Geografia no ensino médio compensaria isso. Mas não é essa a realidade da maioria dos alunos dos cursos de Economia, pelo menos na atual fase da massificação do ensino médio brasileiro. Agora que a pós-graduação está consolidada no Brasil, profissionalizando os pesquisadores, talvez seja a época certa para ajustar a profissionalização dos economistas voltados para o mercado de trabalho.

7 Considerações finais

Embora iniciado tardiamente em comparação com o resto do Brasil, o ensino de Economia em Santa Catarina repetiu o processo evolucionário brasileiro dessa área desde os tempos de colônia. Começou com o ensino comercial, passou para os cursos de Direito e finalmente para o curso de Economia. A partir da década de 1960, além do curso da UFSC, surgiram várias escolas privadas, na verdade cursos ligados a fundações comunitárias.

Um dos pontos que chamaram a atenção na evolução do curso de técnicas comerciais até os cursos de Economia, de Ciências Contábeis e de Administração foi o alongamento temporal. Enquanto no período colonial, tinha-se uma formação quase inferior ao que seria o nível médio atual, passando para o nível superior nos princípios do século XX, chega-se à pós-graduação, com mestrados e doutorados. Quem sabe isso reflita não apenas a sofisticação dessas ocupações, mas também a possibilidade de sociedades agora mais ricas poderem preparar seus profissionais por muito mais tempo.

Chama atenção ainda o fato de o debate entre a formação teórica e a formação prática em Economia ser bastante antigo. Isso já foi visto durante as discussões para a reforma curricular do ensino das Ciências Econômicas em 1945. É nossa opinião que houve um exagero em generalizar para a graduação brasileira de Economia um tipo de formação mais adequado atualmente para a pós-graduação. A reforma de 1984 consolidou esse modelo. Com as novas diretrizes curriculares de Economia, recém publicadas (2006), parece haver flexibilidade para que diferentes instituições pendam para um lado ou outro.

8 Referências

- CASTRO, Nivalde J. *O economista: a história da profissão no Brasil*. Brasília: Cofecon, 2001.
- CUNHA, Sylvia A. C. *Recordando a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas*. Florianópolis: 1994. Memorial guardado nos arquivos do Departamento de Ciências Econômicas, UFSC.
- FONTES, Henrique da Silva. O empréstimo americano. *República*, Florianópolis, 05/01/1933.
- FONTES, Henrique da Silva. O empréstimo a juros desde as Ordenações do Reino até a atual legislação brasileira. Florianópolis, 1954. 15 p. Trabalho apresentado no II Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, São Paulo, set. 1954.
- FONTES, Henrique da Silva. A Faculdade de Direito de Santa Catarina e seus primeiros tempos. *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, n. 264, dez. 1957.
- LOUREIRO, Maria Rita *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- NICOLAU, J. A. Os 60 anos do Curso de Ciências Econômicas. *Atualidade Econômica*, Florianópolis, ano 15, n. 44, p. 1-4, jan./jun. 2003.
- NUNES, Antonietta A. A educação na Bahia durante os governos de D. Maria I e de D. João, seu filho (1777-1821). *Revista do Mestrado em Educação*, UFS, v. 7, p. 37-50, jul./dez. 2003. Disponível em: <www.posgrap.ufs.br/periodicos>. Acesso em: 28 jul. 2006.

- PÁDUA, José A. A profecia dos desertos da Líbia: conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 119-142, out. 2000.
- PAULA, Luiz Nogueira de. *Síntese da evolução do pensamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1942.
- RODRIGUES, Lúcia; CRAIG, Russell. English mercantilist influences on the foundation of the Portuguese School of Commerce in 1759. *Atlantic Economic Journal*, v. 32, n. 4, p. 329-345, 2004.
- RODRIGUES, Lúcia; GOMES, Delfina; CRAIG, Russell. *Aula do Comércio*: primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo? Trabalho apresentado no XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES), Aveiro, Portugal, 15-16 nov. 2002. Disponível em: <www.egi.ua.pt/xxiiaphes>. Acessado em: 23 jul. 2006.
- RODRIGUES, Lúcia; GOMES, Delfina; CRAIG, Russell. The Portuguese School of Commerce, 1759-1844: A reflection of the "Enlightenment". *Accounting History*, v. 9, n. 3, p. 53-71, 2004.
- ROSA, José E.; MADEIRA, Ademar A. *Odontologia Catarinense: Evolução, Ensino e Movimento Associativo*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.
- SAES, Flávio A. M.; CYTRYNOWICZ, Roney. *História da Ordem dos Economistas de São Paulo: 1935-2000*. São Paulo: Ordem dos Economistas de São Paulo; Narrativa Um, 2001.
- SANSON, J. R. A formação do economista. *Atualidade Econômica*. Florianópolis, ano 10, n. 33, p. 7-11, jan./dez. 1998.
- SANSON, J. R. De guarda-livros a economistas. *Atualidade Econômica*, Florianópolis, ano 16, n. 47, p. 1-5, jul./dez. 2004.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. *Tempos de Capane-ma*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Editora Paz e Terra, 2000.
- UFSC. Centro de Ciências Jurídicas. *Histórico do CCJ*. Disponível em: <www.ccj.ufsc.br/historico.html>. Acessado em: 22 jul. 2006.
- VIEIRA, Amazile de Hollanda. *O Instituto Polytechnico no contexto sócio-cultural catarinense*. Florianópolis: A&P, 1986.